

# Museus enquanto aparelhos ideológicos de Estado: algumas reflexões<sup>1</sup>

*Katianne Bruhns\**

## **Resumo**

Este artigo propõe uma reflexão que articula os museus à teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) de Louis Althusser (1918-1990). O pano de fundo para tal análise é o período conhecido como Estado Novo (1937-1945) e sua política centralizadora e nacionalista. Nesta reflexão propõe-se que os museus agem como aparelhos/ instrumentos que decodificam e recodificam a ideologia do Estado para o público/ comunidade, utilizando-se da expografia/ discursos museológicos para perpetuarem determinada realidade.

**Palavras-chave:** museu, política, Estado Novo, aparelhos ideológicos de Estado, Louis Althusser.

Se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo. O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardado e celebrado, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social (CANCLINI, 1998, p.169)

Este artigo propõe um mergulho em território obscuro que inicia uma discussão sobre os museus enquanto Aparelhos Ideológicos de Estado. Salientamos algumas características destas instituições, especialmente no período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e em grande parte nos apoiaremos nas teorias de Louis Althusser (1918-1990).

Althusser discorre sobre o problema da dominação e, partindo das teorias marxistas de aparelhos repressivos de Estado, reconhece, além destes, o poder dos aparelhos ideológicos de Estado. Enquanto os primeiros estão encarregados da repressão mediante a violência – o exército, a polícia, os tribunais e outros – os segundos atuam através da ideologia numa manipulação de ordem simbólica – aqui estariam relacionadas as escolas, os partidos políticos, os sindicatos, a família, as instituições culturais e outros.

Apesar desta distinção entre os aparelhos, todos eles – quer repressivos, quer ideológicos – agem utilizando-se da força/violência<sup>2</sup> e da ideologia, ou seja, não há aparelho puramente repressivo, nem aparelho puramente ideológico.

Na atualidade, os museus baseiam-se nos antigos colecionismos dos séculos XVI e XVII, resultantes das grandes descobertas.

As coleções estão nas origens dos museus, cabe enfatizar que elas têm suas bases no mobiliário e oferendas dos templos; nos tesouros principescos; nos presentes, saques e despojos de guerra e conquistas e nas relíquias e objetos sagrados. Em qualquer um desses segmentos, é possível

verificar a mesma atitude de identificação e retirada de objetos do uso cotidiano, para expô-los à contemplação dos deuses, dos mortos ou dos outros homens. Atitude esta, comum às sociedades desde os princípios de hominização (BRUNO, 1996).

Os museus sempre foram espaços elitizados, onde o público freqüentador estava ligado de alguma maneira ao *sabere*/ou ao *poder* (por exemplo, o Museu de Alexandria, apesar de assemelhar-se a uma universidade ou academia filosófica, caracteriza-se por permitir o acesso quase exclusivo de cientistas ou filósofos abrigados na corte, sob tutela do Estado<sup>3</sup> como este teremos vários exemplos na história).

Atualmente, o Estatuto do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) / Art. 6º, define museu como uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. É uma instituição aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe evidências materiais do homem e de seu ambiente, para fins de pesquisa, educação e lazer.

Apesar de verificarmos uma ampliação do conceito nesse estatuto, acreditamos ser este ainda reduzido, se levarmos em conta a musealização dos espaços – experiência largamente adotada por profissionais e instituições que acreditam não ser necessário retirar o objeto do espaço onde se encontra – por exemplo, as oficinas líricas<sup>4</sup> – mas sim musealizar este espaço.

Os museus estão sendo redescobertos, enquanto instituições ativas, na medida em que repensam e questionam suas estruturas e conteúdos buscando, desta forma, interagir com a comunidade que lhe cerca, multiplicando a esfera de musealização patrimonial.<sup>5</sup>

Alguns governos (principalmente os de matriz autoritária, como o Estado Novo, no caso do Brasil) perceberam que os museus eram veículos competentes para conquistar a hegemonia social e cultural. Refletir acerca da nacionalização da cultura durante o período do Estado Novo nos leva a refletir sobre a teoria dos aparelhos ideológicos de Estado que tem como expoente principal, neste estudo os escritos de Althusser.

Segundo Müller (2002, p.155) “Althusser desenvolve o conceito de *prática teórica*<sup>6</sup> de acordo com os procedimentos das ‘três generalidades’, que constituem o trabalho de elaboração da ciência”, onde os fatos, evidências – objetos de conhecimento – seriam Generalidade I (GI), a prática teórica seria Generalidade II (GII) e os conceitos e conhecimentos elaborados a partir da prática teórica seriam Generalidade III (GIII). Não querendo ser reducionista, Althusser considera GI ideológico por natureza, que seria despido de todas as impurezas por GII e só então, resultariam em conhecimento específico, que seria o GIII. Esta teoria tem como base a infra e a superestrutura com primazia do elemento econômico. Por ser uma teoria de cunho estruturalista, a estrutura conceitual domina o ser social, que sucumbiria sob o manto dessas estruturas.

A política estadonovista pode ser vista aqui como uma superestrutura, determinante nas ações governamentais de cunho político, econômico, social e cultural. Não negando o movimento interno do período, nem procurando uma dicotomia entre a prática teórica e a experiência, mas acreditando que esta política, que almejava ser totalizante, exerceu importante papel no setor cultural.

A política nacionalista de cunho autoritário teve projeções tão amplas que englobou todos os setores da sociedade, onde não apenas se incumbem de garantir os “direitos” dos cidadãos, mas que também exigiria destes os “deveres” para com o Estado.

Segundo Camargo (1989, p.22) o Estado teria como função “[...] promover o bem comum racionalizando a ação política, controlando os interesses do capital e enquadrando as massas”.

Como uma ampla reestruturação era necessária, o Estado utilizou-se de diversos meios de agenciamento para garantir a hegemonia. Para tanto, reafirma seu pacto com a Igreja dando apoio às escolas religiosas e concedendo cargos em instituições oficiais a personalidades católicas. O exército que, segundo Camargo (1989), procura sua identidade, entre um exército profissional e um exército político, consegue a ampliação de sua atuação vislumbrando um

projeto nacional acima dos regionalismos. Entre os empresários, destaque para os industriais, uma vez que o Brasil pretendia abandonar suas raízes agroexportadoras e incentivar o mercado interno que, aliás, fez da economia um importante aliado de compensação política. Aqui não podemos deixar de citar o abandono do pluralismo sindical em favor da implantação do sindicato único, tutelado pelo Ministério do Trabalho<sup>7</sup>. Diante desta política ao trabalhador urbano seriam dispensados novos olhares e atenções<sup>8</sup>. Na cultura precisava-se valorizar um passado de glórias que compusesse o genuíno cidadão brasileiro. O governo colocava-se lado a lado com o povo em uma revisão do passado. Portanto, faz-se necessário criar mecanismos que irão articular ações para promover a imagem do Estado, legitimando suas ações. Novos ritos, novas comemorações também fazem parte do deste contexto brasileiro.

Cria-se uma diversidade de órgãos e instituições para sustentar esta política autoritária. Em dois exemplos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN no Ministério da Educação e Saúde Pública – a procura da identidade nacional – e o Departamento de Imprensa e Propaganda/ DIP (que era dividido em Divisão de Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa) – almejando o controle da produção artístico-cultural. Ambos utilizam-se de imagens, da palavra escrita e falada para cooptar a população brasileira.

Para articular as ações do Estado era necessário criar mecanismos que fizessem a ponte entre este e a população, justificando ações deste Estado autoritário em um passado imerso em glórias e genuinamente brasileiro. Este aparato estadonovista não envolve o cidadão apenas através da venda de sua força de trabalho ou apenas economicamente, mas vai além dele, interfere nas relações socioculturais. Como nos coloca Hall (2003, p.160),

[...] requer instituições culturais como a mídia, os sindicatos, os partidos políticos etc., que não são ligados diretamente à produção em si, mas que exercem a função crucial de 'cultivar' um certo tipo de trabalho moral ou cultural – aquilo que o modo capitalista moderno de

produção requer.

Pois é através do trabalho das instituições culturais que o trabalho nos moldes necessários ao capitalismo moderno se produz, ou melhor, se sujeita. O Estado Novo praticou esta premissa muito bem, não somente investiu em ampliar as possibilidades de trabalho nacionalmente, como também cuidou de fornecer à população um padrão de trabalhador brasileiro, suprimindo suas necessidades de saúde, moradia, etc.

Podemos perceber em alguns setores da sociedade a eficácia desta política totalizante. Tomemos por referência o setor cultural: diversas sociedades culturais (canto, teatro, música, tiro ao alvo) em comunidades de imigrantes no Sul do Brasil<sup>9</sup> fecharam por pressão desta política ou adaptaram-se à nova ordem.<sup>10</sup> Padronizou-se a cultura nacional incentivada pelo Estado e neste ínterim encontram-se também os museus, não só de cunho municipal, estadual ou federal – que por sua posição referendaram tal política, mas também ‘museus’ particulares – uma vez que qualquer cidadão que tenha sido legítimo contribuidor do governo teria direito ou a honra de ter seu nome eternizado em uma sala ou em um museu, ou mesmo ter sua casa transformada em um museu com todas as honras de Estado.

Esses museus, muitas vezes ecléticos e depositários de uma “cultura política” centralizadora e autoritária, foram muito disseminados no Brasil e contribuem para a reprodução das relações de dominação, uma vez que homogeneizam e restringem os questionamentos.

Precisamos aqui fazer nosso recorte temporal, apesar de já assinalado, reiteramos que os museus podem funcionar como aparelhos ideológicos de Estado quando participantes de uma estrutura maior e vistos como suporte desta estrutura. Em nosso caso, os museus aparecem como suporte de uma política educacional e cultural nacionalista, aplicada durante o regime do Estado Novo (1937- 1945) pelo então presidente Getúlio Vargas.

Esse período promove uma grande circulação de idéias pedagógicas e com a influência da “Escola Nova” a partir da década

de 1940 os museus e seus acervos passam a ser vistos como recursos para a educação formal – para Althusser a escola era o principal aparelho ideológico do Estado.

O papel dominante cabe à Escola, se bem que sua música seja silenciosa. Ela recebe as crianças de todas as classes em sua idade mais 'vulnerável', inculcando-lhe saberes práticos envolvidos na ideologia dominante (linguagem, cálculo, ciência, etc) e mesmo a ideologia dominante em estado puro (moral, civismo, filosofia) (ALTHUSSER, 1985a, p.32).

Verificamos isso na introdução crítica feita por J. A. Guilhon Albuquerque quando trata do papel formador da escola, destaca que

[...] formar trabalhador significa, não propriamente, ou não apenas, qualificar seu trabalho, mas tornar, para o indivíduo, natural e necessária a equivalência entre a qualidade do trabalho e a quantidade da força de trabalho; tornar natural e necessária a venda da força de trabalho, a submissão às normas de produção, à racionalidade da hierarquia na produção, etc (ALBUQUERQUE apud ALTHUSSER, 1985a, p.12)

Percebemos, então, a importância do papel da escola – públicas e particulares – que contribui, em sua ação educativo-social com a reprodução da ideologia dominante. Um exemplo claro, quando tratamos da época do Estado Novo, foi a distribuição, para todas as escolas públicas, de um retrato cuidadosamente encomendado do presidente Getúlio Vargas<sup>11</sup>.

Herdeiros que somos dos museus europeus e seguidores das tendências da Nova Museologia acolhemos estas idéias – que vão ao encontro das necessidades do governo – como a do Musée du Louvre (Paris) que foi o primeiro museu a criar um serviço permanente de educação em 1880; o Victoria and Albert Museum (Londres), que organizou exercícios relacionados com o acervo, dirigidos e pensados para estudantes, inaugurando uma etapa

definida como pedagogia ativa no âmbito dos museus. Na década de 1920, nos Estados Unidos, os museus já ofereçam serviços educativos e em 1960 este país já conta com 35 museus exclusivamente dedicados a estudantes. Demonstramos, com isso, a importância dos museus para a educação e a importância que os serviços educativos vão adquirindo nos museus. A educação está atrelada aos museus.

Porém, muitas vezes, como no caso do Estado Novo no Brasil, os museus estão a serviço da ideologia dominante, uma vez que contam uma história que parece estar desvinculada da realidade cotidiana do trabalhador. Privilegiando a construção da história de um segmento da sociedade, como nos livros de história distribuídos pelo Ministério da Educação– que conta a versão dos vencedores– fazem parecer que os objetos, a exposição, a história contada ali é a representação da história de todos. Porém, a modo como fazem isso é contraditório, uma vez que se mostram de forma pronta, acabada e aparentemente autônoma, sem demonstrar que a seleção do acervo, a maneira de expor e o discurso usado são produtos da própria sociedade e espelho da desigualdade, da exclusão e do esquecimento. A sociedade civil organizada, aqui entendida como um segmento privilegiado desta, grupo seletivo de “intelectuais” ligados às elites dominantes. Uma analogia à “reificação” ou coisificação (utilizada por Lucács) onde o homem torna-se objeto de uma história autônoma que determina a história com a qual este deve identificar-se. Uma história não-reflexiva, não-participativa, enfim, uma história alienada.

Os museus, vistos como cenários oficiais, onde os objetos adquirem uma perenidade que “[...] torna-a fonte de consenso coletivo, para além das divisões de classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio” (CANCLIN, 1998, p.160) O Museu Nacional do Rio de Janeiro, a exemplo de outros, manteve por décadas uma mesma exposição, utilizando-se de técnicas tradicionais de museografia e expografia não-reflexiva.



Segundo Althusser (1985a) “[...] uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material” (p.89). Citando Marx, o autor reitera colocando que “a matéria se expressa de inúmeras maneiras” (p.91), ou melhor, que ela existe de diferentes formas, todas enraizadas em última instância na matéria “física”. A política de cada instituição museu, sua concepção e sua prática expositiva estão reveladas nos objetos escolhidos para as exposições, uma vez que através do objeto exposto ao público praticam e constroem seu discurso e sua concepção política. As idéias – estas concepções dos museus enquanto instituições atuantes em uma realidade a ser construída – passam a ser reguladas por rituais/ elementos/ conceitos/ políticas institucionais nas quais todas as suas ações serão baseadas.

Acredito mais, que o Estado Novo consciente, ou inconscientemente, percebeu a amplitude da ‘ideologia’ para além da visão marxista clássica, na qual sua posição ideológica sempre corresponderá à sua posição nas relações sociais de produção – esta é outra crítica de Althusser, à chamada “falsa consciência” – mas que havia necessidade de envolver os cidadãos através de outros setores de sua vida.

Quando Althusser (1985a) coloca que toda a ideologia existe para sujeitos concretos<sup>12</sup>, salientamos que, este sujeito concreto durante o Estado Novo era a figura exemplar criada pelo Estado: o trabalhador brasileiro, ordeiro, disciplinado que deveria se sentir refletido nas exposições museológicas, identificar-se com um passado de glórias, bem como com o mito criado, neste caso, o mito Vargas. O cidadão deveria espelhar-se nas exposições museológicas, bem como em todas as atividades culturais permitidas, até para que este pudesse sentir-se no direito de receber do Estado as vantagens que este lhe “concedia” por uma boa postura: jornada limitada de trabalho, saúde, educação, sanitarização, moradia (conjuntos habitacionais) etc.

Para a normatização das condutas durante o período do Estado Novo, os aparelhos ideológicos de estado utilizaram-se de discursos elaborados estrategicamente para este fim, tomados como

verdadeiros e legítimos. A 'verdade' é algo construído em uma temporalidade com objetivo determinado. Esta verdade é externada através dos discursos, que segundo Foucault (1971) obedecem a uma "política" discursiva que deve ser reativada a cada discurso<sup>13</sup>. E seu perigo não está na sua proposição, mas na sua tentativa de instituir-se como verdade absoluta, portanto excludente.

Para Foucault (1971) discurso é prática, a palavra é ação. O discurso produz um reflexo, define uma prática. A expografia, ou seja, o discurso expositivo do museu, é prática através da qual essa instituição irá alcançar o público e transmitir sua visão/ concepção de mundo. Esta expografia não vai diferir de sua política interna ou da política externa seguida pela instituição. Os próprios aparelhos ideológicos de Estado possuem uma autodisciplina que regula e alimenta seu discurso, fixando-lhe os limites de atuação.

Os museus agem como aparelhos/ instrumentos que decodificam e recodificam a ideologia do Estado para o público, ou seja, estes aparelhos utilizam-se dos discursos/ reflexos/ práticas/ ações para perpetuarem determinada realidade. Não é somente a existência dos museus com sua história oficial que determina sua função de Estado, mas a articulação de uma gama de instituições com a educação, por exemplo, que determina a especificidade de sua atuação de reprodução da ordem política.

Reconhecendo que na amplitude da sociedade, as relações se estabelecem entre e a partir da interação/ confronto dos diferentes setores – seja de Estado seja civil, através de suas instituições autônomas -, não pretendemos isolar a história dos museus, nem separar teoria e prática, porém, reconhecemos como superestrutura uma política que determina a atuação dos museus brasileiros e que, em um determinado período reconhece este Estado de dominância da política estadonovista.

Diante do exposto queremos salientar que não procuramos 'verdades', mas elaborar um novo olhar que articule ações (experiências) e teorias, objetivando identificar a importância do 'poder' (juridicamente constituído: governos, chefias, diretores de museus, etc.) para definição da política museológica. O 'sujeito'

deverá ser visto sob dois ângulos: de um lado o sujeito que exerce o 'poder' e de outro, o sujeito (cidadão comum) que não se vê nas exposições museológicas elaboradas para contar determinada história/ 'verdade'. Ao mesmo tempo em que este sujeito não se enxerga nas exposições confirma sua 'coisificação' (da exposição) e torna-se um figurante.

Quando trabalhamos com os aparelhos ideológicos de Estado, de Althusser, não pretendemos excluir o sujeito da história, mas mostrar que este sujeito (ou sua história), na história dos museus está condicionado a um espaço ínfimo, determinado por uma política maior que articula e define discursos e práticas a serem seguidas em diversos setores da sociedade.

Este novo enfoque pretende trazer à luz mais uma possibilidade de discussão sobre a história e atuação dos museus no Brasil, não fechando ou concluindo questões, mas abrindo a possibilidade de questionamentos e mudanças na política de atuação destas instituições tão representativas da cultura brasileira.

Este assunto não é consensual, demanda acúmulo, espera e, principalmente, diretrizes claras na elaboração de uma nova política cultural para os museus, porém, o atual governo além de reconhecer os museus como instituições parceiras do Estado desde a década de 1930<sup>21</sup> e, como naquela época, declarando-os parceiros (aparelhos) de sua política cultural, acompanha uma tendência internacional que busca privilegiar, na atualidade, o patrimônio cultural local.

Atualmente, postula-se com a Política Nacional de Museus desenvolvida pelo Ministério da Cultura uma complementação nesta postura dos museus brasileiros. A maior delas está no reconhecimento da necessidade de tornar os museus aparelhos ou instrumentos de inclusão social atrelados às comunidades locais. Acreditamos que a única maneira de atuação dos museus nesta era chamada global é a inclusão social e a valorização do patrimônio local com destaque para a interlocução de saberes científicos e vernaculares.

## Notas

\* Doutoranda do curso de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina/SC, desenvolve pesquisas nas áreas de museologia e história; atuou como coordenadora do Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense/ UNESC, Crisciúma/SC e atualmente desenvolve projeto pela Universidade de São Paulo/SP.

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi elaborado em 2004.1 como requisito parcial para conclusão da disciplina Tópicos Especiais: dos nacionalismos ao multiculturalismo, oferecida pelo curso de pós-graduação em sociologia política da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Caberia aqui uma discussão acerca do conceito de violência, uma vez que esta não se dá única e exclusivamente pela força física. Quando tratamos das leis que excluem pessoas por causa de sua cor, condições físicas ou sociais, estamos falando de violência. Quando organizamos uma exposição museológica, onde os objetos selecionados não contemplam os diversos setores das comunidades que deveriam estar ali representadas, estamos também falando de violência.

<sup>3</sup> Ver GUARNIERI, W. R. Museu, museologia, museólogos e formação. Revista Museu, 1 (1): 7-11, 2º Sem, 1989.

<sup>4</sup> Ver BASTOS, R. L. & TEIXEIRA, A. Atlas de Florianópolis. Florianópolis: PMF/ IPUF, 2004, que definem oficinas líticas como formações de depressões na rocha: sulcos, frisos, pratos, bacias que serviam para amolar, afiar e polir as ferramentas e instrumentos. As evidências circulares contidas nas rochas são interpretadas como marcas resultantes do trabalho para a definição da forma dos artefatos (por exemplo: a preparação de um machado de pedra). Encontrados com frequência no litoral, confeccionados normalmente em pedra muito dura (diabásio).

<sup>5</sup> Sobre o histórico das discussões acerca do museu e de seu papel diante da sociedade ver ARAUJO, Marcelo Mattos & BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo* (Org.) – Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

<sup>6</sup> Prática Teórica: intermediação entre a matéria-prima (fatos e evidências) e a conceitualização estrutural do conhecimento concreto; processo de análise; limpeza e reelaboração de G I para produção de G III.

<sup>7</sup> Sobre este tema Alcir Lenharo em *Sacralização da Política*, analisa Ari Pitombo que se refere aos sindicatos como “escolas de união e disciplina”, p. 37-38.

<sup>8</sup> Sobre esta questão ver FAORO Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo: EDUSP, 1975.

<sup>9</sup> Sobre este tema, ver especificamente o Capítulo 2 de BRUHNS, Katianne. *Espaços de Sociabilidade e o Idioma*. A campanha de Nacionalização em Joinville. Dissertação (Mestrado), História. Florianópolis, UFSC, 1997.

<sup>10</sup> O Estado também promove a tutela dos índios através da FUNAI e do Estatuto do Índio e a desqualificação do negro através do esquecimento de sua memória enquanto agente transformador e através da implementação de uma política de branqueamento.

<sup>11</sup> Segundo Paulo Brandi em seu livro intitulado *Vargas. Da vida para a História*, centenas de obras apologéticas foram encomendadas pelo DIP e distribuídas nas escolas primárias. Nas palavras de Osvald de Andrade, citada por este autor, a fotografia oficial do presidente, de casaco e meio sorriso comparava-se a Mona Lisa. Sérgio MICELLI, em seu livro *Imagens Negociadas* também trata do efeito poderoso da dominação simbólica que através das obras de literatura e das artes plásticas eram encomendadas pelo governo aos artistas e intelectuais da época, do qual Portinari é um exemplo.

<sup>12</sup> Muitas críticas que Althusser recebe referem-se à discussão de que o mesmo trata das relações sociais como processos sem sujeitos, no estudo usado neste artigo (Aparelhos Ideológicos de Estado), vemos que o mesmo trata o sujeito enquanto categoria na e em função da ideologia (como já foi colocado), porém em Hall (Op. Cit.) encontramos uma análise interessante que discute que, ao desenvolver a teoria da ideologia, Althusser se

aproxima novamente do sujeito afastando-se da idéia de que “a ideologia é um processo sem sujeito”. Esta é uma questão levantada por HALL, também pertinente ao nosso estudo, e que deverá ser aprofundada em um outro momento, uma vez que devemos levar em conta, como o sujeito se posiciona no interior da ideologia e qual o papel das instituições culturais neste contexto.

<sup>13</sup> Encontramos esta posição do governo Federal nos diversos discursos apresentados na **Política Nacional de Museu**. Memória e Cidadania. Ministério da Cultura. Maio, 2003.

## Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Introdução Crítica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985a.

\_\_\_\_\_. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. Introdução crítico-histórica de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985b.

ARAUJO, Marcelo Mattos & BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Org.) **A memória do pensamento museológico contemporâneo**. Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

BASTOS, R. L. & TEIXEIRA, A. **Atlas de Florianópolis**. Florianópolis: PMF/ IPUF, 2004.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. nº. 6, São Paulo, 1996, p. 293-313.

BRUHNS, Katianne. **Espaços de sociabilidade e o idioma**. A campanha de nacionalização em Joinville. Dissertação (Mestrado). História. Florianópolis: UFSC, 1997.

CAMARGO, Aspásia. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, EDUSP, 1975.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Paris: Gallimard, 1971.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museu, museologia, museólogos e formação. **Revista Museu**, 1 (1): 7-11, 2: Sem, 1989.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 160-198.

LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas**. De Parsons aos contemporâneos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Papyrus, 1986.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Razão e utopia**: Thompson e a história. Tese (Doutorado): USP/ São Paulo, 2002.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UnB, 1992. VARINE-BOHAN, Hugues de. **Os museus no mundo**. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

## **Abstract**

This article proposes you a reflection that articulates the museums to the Ideological State Apparatus theory (ISAs) by Louis Althusser (1918-1990). The backstage to such analyze is known as “Estado Novo” period (1937-1945) and its centralized and nationalist policy. Herein, we propose that the museums have acted as apparatus/ instruments which decode and recode the State ideology to the community, using the expography/ museumological speeches to perpetuate a resolute reality.

**Keywords:** museum, policy, Estado Novo, ideological state apparatus, Louis Althusser.